



cadernos
ciespi

Compromisso com as
infâncias do mundo.

5

Primeira infância no Brasil: ampliando oportunidades para o desenvolvimento saudável de crianças de 0 a 8 anos

A violência que afeta as crianças em favelas cariocas –
pistas para uma pauta de ações

**Pesquisa &
Políticas Públicas**

 **ciespi** 
centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância

em convênio com

PUC
RIO

Primeira infância no Brasil: ampliando oportunidades para o desenvolvimento saudável de crianças de 0 a 8 anos, a violência que afeta as crianças em favelas cariocas - pistas para uma pauta de ações / Cynthia Ozon Boghossian; Malcolm Bush; Renata Tavares - 1ª ed. - Rio de Janeiro: CIESPI, 2018.
24p. il. 20cm.

ISBN: 978-85-60079-15-5

1.crianças. 2. primeira infância. 3. violência. 4.favelas. I. Boghossian, Cynthia Ozon. II. Bush, Malcolm. III. Guimarães, Renata Tavares da Silva. IV. Título.

CDD 300

Primeira infância no Brasil: ampliando oportunidades para o desenvolvimento saudável de crianças de 0 a 8 anos

A violência que afeta as crianças em favelas cariocas -
pistas para uma pauta de ações

Cynthia Ozon Boghossian, Malcolm Bush e Renata Tavares

1ª edição (2018) – Rio de Janeiro – RJ

CIESPI



SUMÁRIO

Introdução	pg 7
Enfoque e dados sobre as violências	pg 8
Espaços seguros para a primeira infância na Rocinha e em Parada de Lucas	pg 11
A rede de violência que afeta crianças da Rocinha e de Parada de Lucas	pg 12
O que pode e deve ser feito com relação às violências que afetam as crianças pequenas	pg 17
Considerações finais	pg 23
Referências bibliográficas	pg 24

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância – CIESPI é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



Rio de Janeiro, dezembro de 2017

Esta publicação é resultado de pesquisa em desenvolvimento no escopo do projeto Infância sem violência: uma meta para o Rio, com apoio da Fundação Bernard van Leer. Esta iniciativa é possível graças ao suporte da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Texto de Cynthia Ozon Boghossian, Malcolm Bush e Renata Tavares, da equipe de pesquisa do CIESPI/PUC-Rio. Editores: Irene Rizzini, Maria Cristina Bó e Malcolm Bush. Design: Agência Comunicar/PUC-Rio e Luisa Boucinhas (CIESPI/PUC-Rio)

INTRODUÇÃO

// PMs se abrigam em creche e deixam crianças em pânico”. Este é o título de uma matéria do dia 21 de julho de 2016 no jornal O Globo, véspera das Olimpíadas sediadas na cidade do Rio de Janeiro. A creche municipal em questão abrigava crianças da comunidade, que ficaram encurraladas no refeitório enquanto os PMs da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) ali se protegem, fugindo da linha de tiro de traficantes. Segundo a notícia, os funcionários pediram aos policiais que deixassem o local para que não colocassem a vida das crianças em risco, mas não foram atendidos: “Aqui as crianças são feitas de escudo”, afirmou a diretora.

Nesse contexto de violência, alunos e professores ficam presos em tiroteios dentro das unidades escolares, familiares se desesperam ao saber de ocorrências no entorno e espaços de educação e saúde são fechados em épocas de confrontos.

Esses são exemplos mais óbvios de como a violência afeta as crianças pequenas, mesmo quando elas estão em espaços pretensamente seguros como creches e escolas. A situação narrada aconteceu no morro Cruzeiro, no bairro da Penha, zona norte do município do Rio de Janeiro. Porém, pelo quadro apresentado por profissionais de creches e escolas participantes de pesquisa realizada pelo CIESPI/PUC-Rio, poderia ter ocorrido em qualquer uma das 1000 comunidades cariocas, uma vez que a maioria enfrenta cotidianamente os riscos da presença da violência armada em seu território.

Pela escuta e observação do contexto de vida dessas crianças, reiteradas pelas análises de pesquisas sobre o tema em questão, sabe-se que a violência armada não acontece sozinha. Ela relaciona-se a tantas outras formas de violência com repercussões

graves na vida das crianças e das suas famílias, constituindo sério obstáculo ao seu desenvolvimento e à garantia de seus direitos no Brasil. Esta publicação baseia-se na pesquisa “Espaços seguros para crianças de 0 a 8 anos”, realizada pelo CIESPI/PUC-Rio, entre 2015 e 2016, nos bairros cariocas Rocinha e Parada de Lucas, tendo como foco a violência que afeta as crianças e a busca por caminhos de proteção, prevenção e mudança. Acreditamos ser fundamental que a sociedade identifique e compreenda como estas violências acontecem e se entrelaçam, afetando a saúde das crianças, e busque ações de curto e médio prazo para minimizar sua ocorrência e suas consequências.

ENFOQUE E DADOS SOBRE AS VIOLÊNCIAS

A violência tem sido bastante estudada na sociedade contemporânea, sendo definida e classificada de várias maneiras. A definição de violência pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a seguir, deixa patente a complexidade do conceito, o que nos leva a assumir por vezes o termo “violências”, no plural, para representar a diversidade de suas formas e expressões.

“A violência é o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002)”.

Os impactos das violências podem ser observados em diferentes graus na população brasileira e, particularmente, nas crianças que vivem em situações de alta vulnerabilidade nas comunidades urbanas de baixa renda. Violências de ordem estrutural, institucional, intrafamiliar e de gênero, nas formas física, psicológica, sexual ou de negligência fazem-se presentes no

seu cotidiano, com intervenção insuficiente dos órgãos encarregados de sua proteção. Para além dessas formas crônicas de violência, homicídios por arma de fogo vêm vitimizando crianças, tornando-se foco de alarme na sociedade brasileira.

Entre março de 2007 e julho de 2017, 30 crianças e adolescentes foram assassinados por arma de fogo no município do Rio de Janeiro, 9 delas com idade entre 0 e 8 anos, segundo dados do Rio de Paz (2017). Para além desse total, não é contabilizado um grande número de crianças desaparecidas, de homicídios por outros meios e de vítimas não fatais de arma de fogo. Daquele total, 28 homicídios ocorreram em bairros pobres ou favelas e 17 foram decorrentes de confrontos entre policiais e traficantes durante operações policiais.

Embora os dados tragam poucas e incompletas informações, destacamos que 6 homicídios ocorreram em

espaços de lazer onde crianças brincavam, outros 6 ocorreram dentro de casa e 2 deles dentro da sala de aula.

Dados sobre outras formas de violência que afetam as crianças ainda são escassamente registrados, aparecendo nas estatísticas quando acarretam hospitalização e notificação de instituições de saúde. Segundo dados do “Rio como Vamos”, de 2011 a 2015 houve 32 casos notificados de estupros de crianças e adolescentes e, de 2010 a 2014, 119 crianças foram internadas em hospitais por agressão. Considerando os óbitos de crianças até 12 meses, a Rocinha está entre as 3 piores de 33 Regiões Administrativas, com 17,89 óbitos por 1000 nascidos vivos em 2015, enquanto o Rio de Janeiro apresentou a taxa de 11,06 no mesmo ano. Já Parada de Lucas registrou em 2015 uma taxa de mortalidade de 11,94 por 1000 nascidos vivos, menor que a Rocinha e superior à média da cidade (BAIRROS CARIOCAS, 2015).

É notório que as violências atinjam de forma mais contundente crianças que vivem em situações de maior vulnerabilidade, especialmente as que habitam favelas e bairros populares. Alguns autores e organizações sociais utilizam a terminologia “violência comunitária” quando o que se deseja é reforçar um locus privilegiado para a ocorrência da violência.

Consideramos, porém, esta categoria sensível, pois as comunidades não são violentas em si, mas abrigam sim graves formas de violência devido à distribuição desigual de serviços públicos que afeta o território urbano. A gravidade da morbidade e mortalidade por armas de fogo hoje nesses contextos faz com que consideremos adequado adotar o termo “violência armada”, com o qual fazemos referência a uma forma de violência definida por seu instrumento, a arma de fogo, e seu grande impacto em termos de saúde. No caso de bairros e favelas cariocas essa forma de violência envolve a ação cotidiana daqueles que

controlam o mercado ilegal de drogas na “segurança” do território, incluindo os confrontos armados com grupos rivais, com a polícia, e as próprias operações policiais. A violência armada se faz presente e impacta as crianças de diversas maneiras: a ostentação pública de armas de fogo como símbolo de poder e status, o acesso fácil de crianças a essas armas, a perda trágica de parentes e amigos, os cadáveres expostos, o testemunho de torturas e homicídios, dentre outras.

Independentemente dos esforços de classificação, o mais importante é perceber a violência como uma rede com diferentes expressões articuladas e cujas formas mais atrozescodem outras às vezes invisíveis, como a praticada pelo Estado e a discriminação de determinados grupos e populações. A maioria dos que hoje praticam atos de violência foi ou/e é vítima e autor desses atos, o que deve ser considerado no entendimento da violência como um processo e não somente como ato isolado.

Embora não seja possível acabar completamente com a violência numa sociedade, estudos de saúde pública nos fazem ver que suas consequências de morbidade e mortalidade são, em sua maioria, evitáveis e passíveis de prevenção por políticas públicas eficazes, devendo ser foco de atenção de todos os setores da sociedade. Esta perspectiva nos abre um amplo

campo de ação em diferentes níveis que podem ter repercussões vitais na proteção das crianças e de suas famílias. As reflexões a seguir têm como base dois estudos realizados pelo CIESPI/PUC-Rio com foco nos espaços seguros para crianças na primeira infância em duas favelas do Rio de Janeiro, Rocinha e Parada de Lucas.

ESPAÇOS SEGUROS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA NA ROCINHA E EM PARADA DE LUCAS

A pesquisa “Espaços seguros para a primeira infância” debruçou-se sobre os espaços e atividades destinados às crianças, visando identificar o que deve ser feito para torná-los seguros e adequados às necessidades da primeira infância nesses bairros e em contextos semelhantes. Para isso, foram entrevistados representantes de instituições com atividades voltadas para crianças de 0 a 8 anos, especialmente creches e escolas, mas também profissionais de instituições e grupos esportivos, de arte e cultura, religiosos e instituições de saúde. Os entrevistados identificaram os fatores de insegurança e de segurança para as crianças dentro e fora das instituições e as mudanças necessárias para melhorar e ampliar os espaços seguros.

A REDE DE VIOLÊNCIA QUE AFETA CRIANÇAS

DA ROCINHA E DE PARADA DE LUCAS

As crianças da Rocinha e de Parada de Lucas são afetadas por uma rede de violências que perpassa todos os seus espaços de circulação: ruas, transporte público, casas e instituições.

A violência armada foi o fator mais citado pelos profissionais entrevistados, parecendo fazer sombra sobre outros fatores e problemas, tais como, as condições precárias de valas, escadarias¹, do recolhimento do lixo e da falta de saneamento, menos mencionadas. Ela afeta as crianças dentro de suas próprias casas, em seu caminho para as instituições, em sua permanência nelas e no seu retorno ao lar. A violência armada altera inclusive o funcionamento

das instituições que atendem crianças, modificando horários de entrada e saída e restringindo o uso dos espaços avaliados como mais expostos a trocas de tiro.

“Eu seguro as crianças até os pais virem buscar. Saem mais cedo, faltam muito...”

“Quando tá assim, a creche não abre. Já vi bala no pátio, a creche lotada de bala. O lugar mais seguro é o refeitório.”

A tensão dos profissionais que gerem os espaços e se encarregam das atividades afeta seu trabalho cotidiano, ocasionando estresse e transtornos raramente considerados e tratados – “Os tiros geram insegurança. Já perdemos professores por causa disso”. Uma diretora de esco-

¹ Característica própria da Rocinha, considerada uma favela vertical, enquanto Parada de Lucas é horizontal. Tal problema faz-se presente em outras favelas verticais, pois, de forma geral, não há planejamento urbano para a construção das escadas de acesso aos seus lugares mais íngrimes.

la, por exemplo, narra providências que foi obrigada a tomar e que a colocaram em grande risco pessoal.

“A gente já pediu para a UPP ficar no portão, que os caras estavam ficando bem na saída dos alunos. Ficaram 2 dias, depois disseram que é muito arriscado. Eu mesma já fui pedir aos caras para saírem da frente do portão.”

Já a tensão dos familiares e das crianças tem contornos ainda mais graves. Facilmente os efeitos psicológicos da violência são banalizados e mal avaliados em crianças tão pequenas, cujas formas de expressão vão da apatia à hiperatividade, com comprometimento da atenção e do aprendizado em variados níveis, muitas vezes percebidos como problemas de disciplina ou educação familiar e não como sinais de que algo não vai bem ao redor. A perda de parentes assassinados, a presença de armas dentro e fora de casa, o testemunho de assassinatos e corpos expostos nas ruas, além das histórias contadas e recontadas desses mesmos acontecimentos são situações do cotidiano com poder

traumático inquestionável. É difícil para todos lidar com essas cenas e traumas, que influenciam as relações interpessoais e as condições de saúde de toda uma população, como comprovado em pesquisas como a de Boghossian (1999). Profissionais de psicologia, psiquiatria, educação, dentre outros, não recebem formação específica para agir sobre esses problemas, muitas vezes tratados com medicação, entendidos como transtornos de desenvolvimento ou conduta de ordem individual e descontextualizada. A imprevisibilidade das situações de violência deixa ainda um estado de alerta constante ou provoca o anestesiamento dos sujeitos gerando, em muitos casos, a banalização dos riscos.

Mesmo em áreas de lazer externas, projetos sociais e instituições estruturadas, como a Biblioteca Parque e o Complexo Esportivo, considerados mais seguros para as crianças, o acesso continua sendo arriscado, o que inibe a circulação das famílias na Rocinha, como menciona-

do por diversos entrevistados – *“A criança é prisioneira. Por causa dos confrontos não pode sair pra rua pra nada”*. Em Parada de Lucas não há espaços estruturados e seguros para acolher especialmente as crianças, a não ser as escolinhas, casas de cuidadoras e explicadoras. Além disso, os entrevistados relataram que, embora haja espaços externos propícios para as brincadeiras infantis, as famílias não permitem que as crianças os acessem devido à presença próxima de grupos armados e a iminência de trocas de tiros.

Os exemplos anteriores e os demais dados da pesquisa nos conduzem a pensar sobre outras formas de violência que afetam as crianças, a começar pela violência estrutural. É no território negligenciado pelo Estado que se estabelecem grupos criminosos e seu combate indiscriminado. Da mesma forma, é nesse território de violação de direitos que a população vulnerável, não envolvida nos confrontos armados, é

atingida sistematicamente pela violência institucional do Estado, por meio de suas forças policiais. Nesse mesmo campo, a violência da criminalidade faz suas mais frequentes vítimas, pois é entre as crianças e jovens que recruta seus soldados.

Os acidentes de trânsito nas vias de acesso, com ausência de regulação dos motoristas e da circulação, foram também considerados formas de negligência do Estado e, portanto, violência contra a população, especialmente nas situações mais vulneráveis do ciclo de vida como gravidez, primeira infância e velhice – *“Vários alunos já foram atropelados na travessia da Estrada da Gávea. É muita moto e carro. O trânsito é sem disciplina e os alunos de 6, 7 anos vão sozinhos para a escola e para casa”*. Em Parada de Lucas, a circulação maior de moradores é feita por meio de ruelas e as poucas ruas largas estão fechadas por barricadas de pneus, troncos de madeiras e estruturas em concreto, ali colocados pelo grupo

que controla o comércio ilegal de drogas. Essas barricadas atrasam o acesso nos casos de emergência.

A violência intrafamiliar normalmente é a primeira a ser pensada quando consideramos a criança como vítima, mas nesta pesquisa não foi a mais mencionada. A violência física contra a criança esteve presente no discurso dos entrevistados por meio de alguns exemplos. A "ausência dos pais" no cotidiano dos filhos foi citada com frequência no diálogo sobre os espaços seguros, pois essa ausência os expõe aos riscos de acidentes domésticos e da rua, além de privá-los da interação e do vínculo tão fundamental ao seu desenvolvimento. Argumenta um entrevistado que a segurança nos espaços depende fundamentalmente do acompanhamento da família: *"O espaço é seguro se os pais cuidarem, brincarem com as crianças... Em qualquer lugar os pais têm que estar interagindo"*. Outra violência de ordem estrutural relacionada às anteriores é o traslado casa-trabalho-casa que dura,

em média, 2 horas em cada percurso para quem mora na zona norte do Rio e trabalha na zona sul e zona oeste. Além do cansaço com a viagem, o tempo de deslocamento é roubado da convivência dos pais com seus filhos, de momentos de lazer ou de atividades necessárias ao dia a dia da casa. Segundo relatos de educadoras, isso influencia fortemente na irritabilidade e na falta de paciência dos adultos com as crianças pequenas.

A circulação das crianças pequenas sozinhas pelas ruas ou na companhia de outras crianças foi problema destacado, como também deixá-las trancadas em casa, faltar com a higiene do ambiente e com alimentação adequada – *"A gente vê criança pequena descalça, pedindo dinheiro para comer, de baixo de marquise (...). Por isso vão parar onde vão parar. Tem criança pequena misturada (no tráfico)"*. Porém, a avaliação do que seja negligência da família deve ser alvo de reflexão, levando em conta a sua alta vulnerabilidade e a falta de retaguarda das instituições públicas. A identificação da violên-

cia, a abordagem da família e a realização dos devidos encaminhamentos nos casos de abusos foram dificuldades trazidas pelos entrevistados, que afirmaram não poder contar com uma rede de proteção e de atenção próxima e segura.

As instituições que acolhem as crianças desde a primeira infância são consideradas decisivas para a sobrevivência de algumas delas, pois, nas palavras de uma coordenadora de creche, “É muita pobreza na casa deles. Tem crianças que a mãe dá graças a Deus de estar aqui, porque é onde eles se alimentam”. No contexto estudado, essas instituições cumprem o importante papel de conceder abrigo e proteção, reduzindo a exposição às situações de violência armada.

Espaço restrito dentro de casa, poucos espaços externos onde possam extravasar as energias, o cotidiano desassistido e o estresse mantido pela violência armada representam uma conjunção de fatores que aumentam sobremaneira as tensões no dia a dia das famílias. Embora essas não sejam as causas da violência intrafamiliar, são fortes disparadores para a mesma e dificultam intervenções eficazes. Como destacado no Plano Municipal pela Primeira Infância do Rio de Janeiro (PMPI, Deliberação N.º 1.042/2013)², as “crianças pequenas expostas à violência mostram-se mais inseguras nas relações interpessoais: apresentam dificuldades de comportamento pró-social e maior disposição à agressividade” (WALKER et al., 2011 apud PMPI, 2015, p. 34), o que vai constituindo um ciclo de violências de difícil reversão. O que poderia ser feito para interromper o ciclo de violências que assola as crianças na Rocinha, em Parada de Lucas e em tantas outras favelas brasileiras, considerando a rede que as envolve?

² Aprovado no dia 11 de novembro de 2013 na assembleia geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA Rio), fruto da mobilização social de setores da sociedade civil e do governo, e com a participação de crianças. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/media/Livros%20e%20Periodicos/Livros%20e%20periodicos%20pg%201/3PMPI.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

O QUE PODE E DEVE SER FEITO COM RELAÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS QUE AFETAM AS CRIANÇAS PEQUENAS

Para Minayo (2006), a violência “traduz a existência de problemas sociais que não se transformam em tema de debate e busca de solução pela sociedade”. Por isso, o primeiro passo para enfrentar a violência é colocá-la no debate público, rompendo o tabu que pesa sobre o assunto, especialmente em relação a formas de violência que produzem tanto medo e impotência, como a violência armada. Dialogar sobre espaços seguros para a primeira infância revelou-se

uma boa estratégia de abordagem. A partir dos dados da pesquisa, relacionamos o leque de violências que afetam as crianças da Rocinha e de Parada de Lucas. As sugestões dos entrevistados para melhorar as condições de segurança são pistas da maior importância, pois revelam, na perspectiva de quem lida cotidianamente com as crianças, as emergências a serem enfrentadas. No quadro a seguir organizamos em 5 vertentes os caminhos apontados.

Caminhos de ação

1. Redução da exposição das crianças à violência armada;
2. Melhoria da estabilidade financeira dos espaços existentes;
3. Ordenação do trânsito;
4. Manutenção e criação de espaços de lazer;
5. Orientação às famílias.

A pesquisa não deixa dúvidas: as crianças necessitam de espaços mais seguros nas comunidades. A melhoria da estrutura física e a estabilidade financeira das creches, escolas, dos espaços públicos de lazer e das atividades em contraturno, como os projetos de arte-educação e esporte são imprescindíveis – temas explorados em relatórios e boletins de pesquisa anteriores. Focaremos aqui nas ações que envolvem as violências em casa e na rua, especialmente a violência armada e a violência intrafamiliar, sem perder de vista que as diferentes formas de violência se interligam e se retroalimentam. Da mesma forma, agir sobre cada uma delas incide como fator de proteção,

reduzindo a exposição às demais. Desde os anos 1980 planos de ação relacionados à violência têm sido aprovados no Brasil e de forma mais específica no município do Rio de Janeiro, assim como núcleos e grupos voltados para a mobilização e a ação. Alguns resultados podem ser observados, mas nos contextos mais vulneráveis é ainda difícil perceber o efeito desses avanços.

O Plano Municipal pela Primeira Infância do Rio de Janeiro traz uma agenda de compromissos para a sociedade que inclui como um de seus 5 eixos a “Prevenção às violências contra crianças” e indica, nesta vertente, 6 prioridades, expostas no quadro a seguir.

PRIORIDADES DO EIXO DO PMPI – PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS

- 1.** Promover a formação interdisciplinar e continuada dos profissionais de diferentes setores que atuam direta e indiretamente com crianças na primeira infância e seus familiares, visando a prevenir as diferentes formas de violência contra as crianças;
- 2.** Garantir a implementação de ações de suporte às famílias e às comunidades voltadas para o cuidado das crianças, tendo em vista seu desenvolvimento integral e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. Nos casos de violação de direitos da criança, que sejam garantidas as ações previstas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006);

- 3.** Promover ações específicas de cuidado e proteção que garantam um atendimento humanizado a crianças em situações de alta vulnerabilidade, como por exemplo: crianças em instituições de acolhimento, em situação de rua, com problemas graves de saúde/ saúde mental, entre outros;
- 4.** Fomentar ações de segurança pública que considerem as especificidades das crianças na primeira infância;
- 5.** Ampliar a estrutura e a cobertura dos Conselhos Tutelares;
- 6.** Garantir o acesso a ações e serviços de enfrentamento à violência, nos diferentes setores que atendam às especificidades da criança na primeira infância.

Sobre as prioridades destacadas, urge pensarmos concretamente em ações possíveis, em seus processos e em seus responsáveis, tanto em curto quanto em médio prazo.

Em curto prazo, consideramos que a violência deve se tornar um tema de conversas nos espaços frequentados por crianças de 0 a 8 anos: creches, escolas, unidades de saúde e projetos sociais – entre profissionais, familiares e até mesmo as crianças, com metodologias adequadas para tal. Estas conversas destinam-se a aumentar a consciência dos riscos da violência e

a buscar estratégias para minimizá-los. Para isso, é indicado desenvolver a capacitação prévia das equipes das instituições, que pode ser mediada pelos Núcleos de Prevenção à Violência e por programas intersetoriais como o Programa Saúde na Escola (PSE), contando com o apoio de organizações especializadas. Estas capacitações podem se dar no formato de oficinas na instituição ou fora dela, habilitando os profissionais a identificarem agravos e a lidarem com situações em parceria com a rede de saúde, a de assistência e a de proteção, cobrando delas seu papel.

Outra forma de capacitação e articulação são os encontros intersetoriais da rede de atenção. Estes encontros são indicados para informar sobre a rede e seus desafios, divulgar fóruns temáticos, melhorar os fluxos e restaurar a confiança nos serviços. Algumas Coordenações de Atenção Primária (CAP), estrutura de gestão da saúde do município, têm realizado encontros regionais com sucesso, contando com os Grupos Articuladores, que reúnem profissionais de saúde imbricados no enfrentamento da violência. Como resultado, áreas capacitadas triplicaram o número de notificações de violência contra crianças ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e, conseqüentemente, ampliaram a atenção aos casos identificados.

Deve-se, ao mesmo tempo, ampliar o desenvolvimento de projetos para orientação das famílias na perspectiva de prevenção da violência. Os

setores saúde e educação são fortes aliados nessa frente de trabalho, devendo cada vez mais propor ações para promover o vínculo entre pais e filhos, relações saudáveis na família, cuidado adequado às crianças pequenas, prevenção de acidentes e educação sem violência.

As Clínicas da Família³ abrangem todo o território da Rocinha e a comunidade de Parada de Lucas, atuando numa perspectiva de prevenção e promoção da saúde integral. Sua relação com os profissionais das creches, escolas e demais instituições tem potencial de crescimento, sobretudo no que diz respeito à educação para a saúde na perspectiva de orientação das famílias.

No seu cotidiano, as instituições que acolhem as crianças não cessam de criar estratégias de proteção a alunos e funcionários diante dos confrontos armados. Elas se estabelecem a partir da experiência de vida

³ Unidades de saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que atuam na atenção primária à saúde no território, conforme o ordenamento do Sistema Único de Saúde (SUS), política de saúde brasileira.

dos coordenadores e professores que são, em sua maioria, moradores da Rocinha. Mas serão estas as estratégias mais seguras? É imprescindível pactuar procedimentos institucionais de proteção de crianças, familiares e profissionais na ocorrência de trocas de tiro, a exemplo de projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em Clínicas da Família, o "Acesso mais seguro"⁴.

Além desse tipo de ação de proteção, o problema da violência armada deve ser discutido coletivamente entre moradores, entidades sociais e autoridades, buscando-se estratégias de parte a parte. O ponto de pauta primordial é discutir e bloquear operações policiais em horários, locais e com estratégias que ponham em risco as crianças, tal como vem acontecendo. Caso contrário, nenhum espaço da Rocinha ou de Parada de Lucas poderá ser considerado seguro para os moradores.

Ações com resultados em médio prazo não podem ser negligenciadas, uma vez que as circunstâncias de vida identificadas em nossa pesquisa aumentam as chances de que as crianças se envolvam em novas situações de violência. Portanto, intervenções para romper esse ciclo são de extrema importância (SOUZA et al., 2013).

Os entrevistados sugerem que, além da ampliação dos espaços seguros para a primeira infância, a prevenção ao ingresso de crianças e adolescentes na criminalidade deve se dar por meio do fortalecimento e ampliação de programas de suporte nas áreas de saúde, arte, esporte e capacitação profissional. Abrem-se, desta forma, campos para que estes sujeitos sejam valorizados e exercitem um protagonismo positivo, a exemplo de inúmeras iniciativas e programas na Rocinha e seu entorno, como o Adolescentro e o RAP da Saúde (SMS), este último

⁴ As equipes de saúde das Clínicas da Família foram capacitadas para identificar e classificar situações de risco na comunidade, pactuando procedimentos de segurança que envolvem a circulação dos profissionais, o fechamento das unidades e os comportamentos mais seguros em caso de tiroteio na rua ou na instituição.

existente em todo o município, mas em constante crise de continuidade.

Pesquisas na área de violência e saúde indicam que a forma mais eficaz de prevenção à violência sofrida e praticada por crianças e jovens é o acompanhamento e orientação das famílias desde a gestação e ao longo dos primeiros anos de desenvolvimento. A visita domiciliar, por sua vez, é a estratégia mais recomendada para viabilizar esse acompanhamento (DONELAN-McCALL et al., 2009; SHERMAN et al., 1996; LEVAV, 1992). A avaliação de programas de visitas continuadas a mulheres grávidas, recém-mães e suas crianças demonstraram resultados positivos em médio e longo prazo pela significativa diminuição de situações de violência intrafamiliar contra a criança, redução do abandono e maior participação da criança na escola; menor inserção do jovem em atos infracionais;

menor vulnerabilidade às substâncias químicas tanto por parte da mãe quanto de seu filho na adolescência; melhor relacionamento/vínculo mãe-filho; diminuição de recorrência de gravidez e de visitas a emergências pediátricas; redução de problemas de saúde mental como depressão, ansiedade, comportamento agressivo e de violação de regras por parte das crianças e adolescentes (KEARNEY; YORK; DEATRICK, 2000; CICV, 2014).

A SMS conta hoje, no município do Rio de Janeiro, com ampla rede de agentes comunitários de saúde atuando nas Clínicas da Família, que realizam regularmente visitas domiciliares a todas as famílias dos territórios em que atuam, podendo ser fortes aliados na prevenção à violência, qualificando-se o acompanhamento das gestantes, da paternidade responsável e do desenvolvimento das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CIESPI/PUC-Rio vem desenvolvendo há 3 anos o projeto “Infância sem violência: uma meta para o Rio”, em parceria com a Fundação Bernard van Leer. Tendo em vista uma ação articulada, em diferentes frentes, o projeto foca a ampliação de espaços seguros para as crianças, o suporte às famílias, a qualificação de jovens para o mercado de trabalho, a construção de uma base de dados para fundamentar políticas e o empoderamento de instituições e grupos de jovens na Rocinha. Projetos como este, que articulam pesquisa e ação local, têm grande potencial de gerar resultados, considerando a sua articulação com as políticas públicas, concretizada na busca de implementação do PMPI. Para que os espaços institucionais e externos possam ser pensados de forma segura para as crianças há que se enfrentar o difícil processo de melhoria da segurança pública. Este debate deve ser empreendido por meio de fóruns de moradores e autoridades, pleiteando-se, à luz do PMPI, do

Estatuto da Criança e do Adolescente e do novo Marco Legal da Primeira Infância, políticas de segurança que respeitem os direitos das crianças, incluindo a formação de policiais nessa perspectiva e a redução da impunidade nos casos de violação de direitos.

Enfim, para prevenir a violência contra as crianças e suas consequências em contextos como Rocinha e Parada de Lucas não é possível pensar de forma exclusiva nesta geração nem tampouco nas diferentes formas de violência, isoladamente. A violência afeta a todos e, como uma rede e um processo, exige ações em diferentes níveis, agregando as organizações sociais públicas e privadas, as diferentes secretarias de governo, as lideranças e as instituições locais. Felizmente já existem no Brasil instrumentos e pactos legais, ferramentas pedagógicas, diferentes instâncias de proteção às crianças, fóruns instituídos e iniciativas de sucesso para o enfrentamento

da violência. Aumentar a informação local sobre esses recursos e incentivar a participação ativa nesses espaços são tarefas que se impõem. Empreender a mobilização comunitária voltada para a prevenção da violência e a promoção da paz com ênfase nos grupos mais vulneráveis, como a primeira infância, é uma estratégia indispensável para que o debate da questão e a busca por soluções se ampliem, vencendo o medo e a impotência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A versão integral do relatório da pesquisa no qual se baseia este Caderno pode ser encontrada em www.ciespi.org.br, assim como o Plano Municipal pela Primeira Infância do Rio de Janeiro.

BAIRROS CARIOCAS. 2015. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/index_bairro.htm>. Acesso em: 29 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF: CONANDA, 2006.

BOGHOSSIAN, C. O. Vivências de violência em Vigário Geral: experiência de gerações. 1999, 139 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1999.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). Programa mães adolescentes e suas crianças. Realização: Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 2014. (Relatório técnico).

DONELAN-McCALL et al. Home visiting for the prevention of child maltreatment: lessons learned during the past 20 years. *Pediatr Clin N Am, USA*, v. 56, p. 389-403, 2009.

KEARNEY, M. H.; YORK, R.; DEATRICK J. A. Effects of home visits to vulnerable young families. *Journal of Nurse Scholarship, EUA*, n. 32, p. 369-376, 2000.

KRUG, E. G. et al. (Eds). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

LEVAV, I. (Ed.). *Temas de salud mental en la comunidad*. Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional de la Organización Mundial de la Salud. Paltext, Chile, n. 19, 1992.

MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DO RIO DE JANEIRO. Deliberação N.º 1.042/2013. Reimpressão: CIESPI/PUC-Rio. Apoio: Bernard van Leer Foundation, 2013. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/media/Livros%20e%20Periodicos/Livros%20e%20periodicos%20pg%201/3PMPI.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

RIO COMO VAMOS. <<http://riocomovamos.org.br/indicadores-regionalizados>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

RIO DE PAZ. Crianças vítimas de bala perdida no Rio de Janeiro (2007-2017). Publicado em 31 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ONGRiodePaz/posts/10155749837624574:0>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

SATRIANO, N. Ryan é 25^o criança morta em troca de tiros no RJ em 9 anos. Matéria publicada no G1 Rio, em 28 de março de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/ryan-e-25-crianca-morta-em-troca-de-tiros-no-rj-em-9-anos-diz-rio-de-paz.html>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

SHERMAN et al. Preventing crime: what works, what doesn't, what promising. A report to the United States Congress prepared for the National Institute of Justice. USA: Department of Criminology and Criminal Justice University of Maryland, 1996.

SOUZA, E. R. et al. Jovens em risco social: avaliação de programas de prevenção à violência armada. Brasília: Ministério da Saúde; Rio de Janeiro: Fiocruz /ENSP/Claves; São Paulo: Hucitec, 2013.



Para mais informações consulte os editores desta série:

www.ciespi.org.br

Irene Rizzini

Diretora-presidente, CIESPI/ PUC-Rio e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (irizzini.pucrio.ciespi@gmail.com)

Maria Cristina Bó

Coordenadora executiva do CIESPI/ PUC-Rio.
(mcrisbociespi@gmail.com)

Malcolm Bush

Pesquisador e consultor, CIESPI/ PUC-Rio e pesquisador do Center of Urban Research and Learning at Loyola University of Chicago. (mbushciespi@gmail.com)

